

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos 20 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre do Edifício Paços de Concelho do Peso da Régua, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 11 de dezembro de 2017.

Feita a chamada verificou-se a ausência dos deputados Alfredo António Rodrigues Soeiro de Barros, Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, Joana Catarina de Souto Lopes e Maria Isabel Barroco de Melo, tendo sido substituídos respetivamente pelos Deputados Filipe Osório, António Manuel Alves Serafim, Fernando Lebres e Isabel de Sá.

Antes da ordem do dia, o deputado Hugo Tiago Pinto abriu a assembleia saudando os presentes, elogiando também os eleitos que cessaram mandatos e desejou sucesso aos novos membros.

Seguidamente usou da palavra o deputado António Ribeiro Costa, que mencionou o esforço do município em continuar o bom trabalho político que se foi realizando nos últimos anos, assim como o esforço em reunir forças políticas para defender o melhor para Peso da Régua. Questionou, ainda, o estado da estrada 313, se haveria algum plano de ação e intervenção para a mesma e a distribuição, feita pelo executivo. Em relação aos 19 pelouros existentes, em que 14 ficaram confiados ao Sr. Presidente, sublinhou se não seria mais pertinente e rentável distribuir funções.

Em seguida o deputado António Alves Serafim questionou o porquê da assembleia ordinária de setembro não se ter realizado.

O Presidente da Mesa sugeriu que as perguntas sobre a atividade do município fossem tratadas no ponto próprio.

Procedeu-se à leitura da ata da última assembleia municipal que foi aprovada com 27 votos a favor, 0 contra e 2 abstenções.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

O Sr. Presidente tomou a palavra desejando a todos os eleitos um bom mandato.

Relativamente à atividade do Município realçou alguns pontos: sobre a linha do douro, mostrou-se preocupado com a situação, devido à grande necessidade de obras e em contrapartida, a grande afluência de turistas ao Douro. Informou, ainda, que foi realizada uma reunião, em Lisboa, com o Sr. Secretário de Estado das infraestruturas e com a Refer. Dessa reunião resultou o compromisso de a linha só encerrar durante três meses para obras, sendo eles de novembro de 2018 e janeiro de 2019. Mais informou que a Refer procederá à contratação de uma empresa de autocarros para garantir o transporte e tentar minimizar o transtorno causado.

O Sr. Presidente frisou, ainda, que questionou o Sr. Secretário de Estado das infraestruturas sobre a eletrificação da linha do Douro, nomeadamente entre Marco de Canaveses e Peso da Régua, ao qual este respondeu que o projeto está praticamente concluído e o lançamento da empreitada será para Janeiro de 2019, sendo também prioritária a ligação ferroviária a Espanha.

Quanto ao Hospital D. Luís I, o Sr. Presidente mencionou as reuniões que teve com o Presidente do Conselho de Administração da Região de Saúde do Norte, que se intercalaram com reuniões com o Centro Hospitalar e com a Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua, tendo em vista a abertura do mesmo. Informou, ainda, que o financiamento para o hospital está no plano de ação, tendo em vista uma candidatura específica para aquela obra. Frisou, também, que neste momento as negociações continuam com a ARS e com CHTMAD. Neste momento, o valor da obra está previsto para cerca de 2.14000.742€ (Dois milhões, catorze mil e setecentos e quarenta e dois euros). Foi, ainda, feita a proposta à Santa Casa, pelo executivo, da cedência dos direitos da superfície, a qual foi aprovada. Neste momento, a Câmara é detentora dos direitos por 15 anos. Posto isto, frisou ainda que a questão do hospital está encaminhada e será negociado o maior número de valências.

De seguida o Sr. Presidente comunicou que reuniu com a Sra. Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Douro de Leixões e Viana do Castelo, sobre a situação do cais da Régua e o potencial que o mesmo tem, tendo em vista futuros investimentos. Foi, também, discutido o lixo deixado pelos barcos no cais de Peso da Régua e ficou o compromisso de ser estabelecido um protocolo de modo a minimizar o impacto visual e ambiental.

Mais informou que se reuniu com o Sr. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte (CCDR-N), de forma a haver uma integração num quadro comunitário para a reabilitação das Termas das Caldas do Moledo.

O Sr. Presidente informou os presentes que reuniu também com as Águas do Norte, para tentar resolver o impasse de cedência sobre as infraestruturas utilizadas para a captação de água, visto que a mesma não tem a capacidade desejável para abastecer a região.

Frisou também a reunião com a direção da Associação Comercial, de forma a criar uma dinâmica conjunta, com vista a dinamizar o comércio tradicional, tornando-o mais apelativo e competitivo.

Foi também abordado o assunto da gestão do estacionamento, sobre a necessidade de reequipar os espaços com parquímetros, onde o Sr. Presidente informou que será lançado um concurso público para a concessão dos estacionamento.

Mais informou que foi feita uma reunião para a valorização do caminho português do interior de Santiago, de forma a ser submetida uma candidatura para reabilitar um edifício junto à ponte pedonal, para ser criado um albergue para os peregrinos que fazem este caminho.

O Sr. Presidente fez questão de parabenizar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua pelo seu 137º aniversário, elogiando esta associação pela grande capacidade de resposta e a imagem positiva que esta corporação tem no resto do país.

Informou que esteve presente também na Festa em honra da Imaculada Conceição, organizada pelo Colégio Salesiano de Poiares, onde se mostrou preocupado com a situação precária do mesmo. Informou que submeteu um pedido de audiência com o Sr. Ministro e com a Sra. Secretária de Estado para tentar resolver essa situação.

Referiu, ainda, alguns assuntos tais como a colaboração do Executivo Camarário com a Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a candidatura conjunta de intervenção na Ribeira do Rodo, cuja candidatura foi aprovada; a colaboração também com a Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho na organização do II Congresso Internacional Vinhas e Vinhos realizado no Audir; e a apresentação de uma candidatura de Peso da Régua, à cidade Europeia do Vinho 2018, lamentando a não vitória mas felicitando a candidatura vencedora.

Esclareceu que foi submetida uma candidatura ao Programa Norte 2020 para o investimento na eficiência energética nos bairros sociais da cidade.

O Sr. Presidente mencionou os projetos que o executivo camarário continua a desenvolver:

- Construção da casa mortuária em Loureiro;
- Conversão funcional dos espaços de trabalho e atendimento do edifício da Câmara Municipal (reorganização dos espaços e abertura da loja do cidadão á hora do almoço);
- Estudo da redefinição da passagem entre o parque multiusos e o parque da Sírius;
- Encerramento do projeto de reabilitação do Mercado Municipal, assim como alternativas de financiamento deste espaço;
- Requalificação urbana da Avenida Dr. Manuel de Arriaga;
- Alargamento do caminho de Sergude;
- A reabilitação da ecopista (que se encontra parada neste momento);
- Obras de água e saneamento pelas freguesias.

Para finalizar o Sr. Presidente falou, ainda, de dois espaços que foram reabilitados, a capela de Santo António no Peso e a Capela do Moledo.

Tomou a palavra o deputado da CDU, António Manuel Alves Serafim, que se mostrou preocupado com a situação do hospital D. Luís I, quer na forma como foi encerrado, quer na perda enorme que significou para a nossa Cidade, quer nos prejuízos que acarretou. O deputado sublinhou que espera que seja encontrada a melhor solução possível para o hospital. Em relação à ferrovia e a linha que será encerrada, referiu que está por dentro do assunto e demonstrou a sua preocupação.

No assunto referente ao Colégio Salesiano, refere que o partido sempre defendeu o ensino público, por isso não concorda que o ensino privado seja suportado pelo estado.

O Partido Socialista prescindiu da palavra.

Tomou a palavra o deputado Raul Gonçalves, que congratulou o Sr. Presidente pelo trabalho realizado pelo executivo em tão pouco tempo e realçou três pontos:

- Congratulou o executivo pela luta e o trabalho feito, assim como pelas decisões tomadas em relação ao hospital, no entanto solicitou esclarecimento do que é feito dos

4.000.000.00€ (Quatro milhões de euros) abordados em campanha eleitoral pelo Sr. Deputado Ascenso Simões, os quais se dividiam em 2.5000.000.00€ (Dois milhões e quinhentos mil euros) por parte do Estado, para reabilitação do hospital e 1.5000.000.00€ (Um milhão e quinhentos mil euros) por fundos comunitários;

- Salientou a candidatura Europeia de Peso da Régua à Cidade do Vinho 2018, tendo demonstrado o seu descontentamento pelo não apoio da cidade vizinha, Lamego, na candidatura;

- Questionou o Sr. Presidente sobre as reuniões com a Águas de Portugal, e como se encontra o processo da criação de uma empresa intermunicipal para a gestão das águas.

Usou da palavra a deputada Cátia Trindade, que parabenizou o Sr. Presidente pelo excelente trabalho realizado em tão pouco tempo. Elogiou, também, a qualidade da iluminação natalícia. Destacou a organização da feirinha de Natal, realizada no mercado municipal, referindo a boa utilização deste espaço com iniciativas que valorizam o artesanato regional.

Realçou, ainda, a recolocação dos parquímetros na rua dos Camilos, pelo executivo, tão necessários na ajuda da rotatividade de estacionamento naquela zona comercial.

Tomou a palavra o deputado Luís Miguel Saraiva, que felicitou o excelente trabalho do executivo e posteriormente frisou os pontos negativos inerentes às redes sociais e a forma como o Partido Socialista tem utilizado as mesmas para denegrir o atual executivo.

De seguida usou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Poiares e Canelas, Paulo Primo, que se disponibilizou para ajudar em todo o processo em relação ao Colégio Salesiano de Poiares.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu as questões colocadas pelos deputados, começando por responder ao deputado André Costa, sobre o estado da estrada 313, mostrando-se também preocupado tanto com o estado degradado da mesma, como com a marcação da via, esclarece ainda que estão a ser feitos esforços para tentar colmatar a situação ou pelo menos minimizar a situação, relembra ainda que o problema não está esquecido. Relativamente à questão da distribuição dos pelouros, feita pelo deputado, o esclarece que o Dr. Eduardo Cardoso, está na maioria das vezes disponível, apesar de ter uma atividade profissional que lhe ocupa imenso tempo, e que o mesmo não está diminuído por não ter um pelouro atribuído, porque qualquer vereador tem competência

para tratar de qualquer assunto que seja pertinente para o município, fazer propostas que sejam relevantes para o melhoramento do município, assim como fazer visitas às freguesias. Posto isto, esclarece que o Dr. Eduardo Cardoso tem toda a liberdade para estar como poder na Câmara Municipal.

Responde também ao deputado Miguel Saraiva que está a par das polémicas das redes sociais e que lamenta tal postura.

Esclareceu o deputado André Costa dizendo que não nomeou nenhum vice-presidente, relembrando que aquando da sua chegada à Câmara Municipal o anterior nº. 2 do Partido Socialista nunca foi Vice-Presidente, era apenas o nº. 2. Clarifica, ainda, que o Dr. Eduardo Cardoso, a Dra. Maria José Lacerda e o Dr. Eduardo Pinto e toda a sua equipa, têm toda a sua confiança política.

Fez questão, ainda, de afirmar ao deputado António Serafim, que está de acordo com o mesmo, que o hospital não deveria ter encerrado. Frisa que vai ser uma inversão gradual, e que é espetável que tenha 30 quartos de convalescença, e que tenha associado meios complementares de diagnóstico e terapêutica, assim como é esperado que seja a unidade de cuidados primários de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e de Mesão Frio. Concorde com o que o deputado disse sobre a questão da linha do Corgo, pois se pagamos o défice dessas infraestruturas no orçamento de Estado, esta situação deveria estar resolvida, sendo um problema de todos os partidos.

Em relação ao Colégio Salesiano de Poiares, não partilha da mesma opinião, pois afirma que é ideológica e frisa que o Colégio não é privado, mas sim público, tem características de ensino público e que dá qualidade e oportunidades aos habitantes daquela zona rural. Acrescenta, ainda, que o que importa não é ser ensino privado ou público, mas sim que o Colégio é uma instituição com fins públicos e sociais, de qualidade e competitiva no território, numa lógica de promover, dinamizar e valorizar o interior.

Quanto às declarações do deputado Raul Gonçalves, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os 4.000.000€ (Quatro milhões de euros) de investimento anunciados para o hospital, foi apenas campanha eleitoral e que, segundo o Sr. Presidente da ARS, não vai haver esse investimento. No entanto esclarece que o valor anunciado na sua campanha eleitoral não foi apenas campanha e que o executivo vai cumprir.

O Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se também ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Poiares e Canelas, Paulo Primo, dizendo que não esperava outra posição da parte dele em relação ao Colégio Salesiano de Poiares, pois é um processo para ser tratado em conjunto.

Entrando no 2º ponto da ordem do dia, apresentação, discussão da monitorização e acompanhamento do 3º trimestre de 2017, referente ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tomou a palavra o Sr. Presidente que explicou que este programa foi criado na lógica do mercado, na lógica de quando os bancos não faziam empréstimos, nem a públicos nem a privados. Agora o governo reviu o programa e permite que os organismos possam aceder ao mercado de forma mais vantajosa, e sair do programa, ficando com um empréstimo normal.

O deputado da CDU abdicou da palavra.

Pelo PS o deputado Mário Jorge Quifones Janeiro, referiu que o programa não passa de um instrumento de gestão a curto prazo e menciona que a incapacidade de gestão financeira saudável, por parte do executivo, tem levado o município para uma posição pouco digna. Frisou, ainda, que foi em 2012 que a câmara aderiu ao PAEL com o objetivo de regularizar as dívidas e que neste momento se encontra numa situação pior do que há cinco anos. Mais informou que segundo a direção das autarquias locais, o concelho era o único do distrito de Vila Real com pagamentos superiores a 60 dias, segundo a mesma entidade o atual executivo necessita de 162 dias para honrar os seus compromissos. Perante tal conjuntura, a bancada do PS achou pertinente questionar o Sr. Presidente quanto ao número de dias que a câmara necessita para pagar aos seus fornecedores; o porquê de após cinco anos de PAEL, as dívidas não serem pagas dentro dos prazos e quais as medidas que este executivo pretende constituir para pegar no PAEL e fazer dele um instrumento de trabalho para pagar as dívidas; e onde e como foram executados os 5.000.000.00€ (Cinco milhões de euros), visto que os cinco anos já findaram.

Usou da palavra o Sr. Presidente que esclareceu que a dívida camarária é de cerca de 17 milhões e que por consequência há atrasos nos pagamentos em algumas áreas e a razão disso é o desequilíbrio conjuntural, o que quer dizer que a qualquer momento pode ser resolvido, ou seja quando os munícipes passarem a suportar as taxas (água, saneamento, lixo) que a câmara está a suportar. A câmara assume estas taxas e não reflete na fatura dos munícipes estes valores. Mais informou que durante o seu mandato o mesmo não irá

aumentar a fatura da água, o que irá acontecer é que quando todos aderirem à empresa intermunicipal, aí os preços irão ser definidos pela empresa.

Fez questão, ainda, de frisar que é assumido que a grande dívida camarária se deve à mesma estar a assumir todas as taxas inerentes à água, lixo e saneamento.

Ainda em relação à dívida comunica, que devido ao novo orçamento de estado, é possível reformular o pagamento da atual dívida não em cinco anos, mas sim em 20 ou em 25 anos.

Deu-se entrada no 3º ponto, a alteração orçamental da receita de 2017.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara que exprime com agrado, que os governos do PS, têm valorizado as autarquias, sente que são verdadeiros parceiros e quando legislam não asfixiam as autarquias, criando mecanismos não de descontrolo, mas de forma a que as autarquias se possam ir gerindo no dia-a-dia.

CDU, PS e PSD prescindiram da palavra.

O Presidente da mesa anuncia o 4º ponto da ordem do dia, a proposta de fornecimento de energia elétrica, para as instalações dos municípios de CIMDOURO e afins, Anos 2018, concurso público (Artigo 19º, al. b) do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro).

Teve a palavra o Sr. Presidente, que explicou que o município está integrado na CIMDOURO juntamente com 18 municípios, e com esta parceria pretende-se criar sinergias para serem mais competitivos no mercado. Diz ainda que é um concurso que é lançado anualmente, para um conjunto de instalações que têm, e que tem de ser aprovado em Assembleia Municipal, para a CIMDOURO lançar este procedimento em concurso público.

A CDU, PS e PSD referem que não têm nada a acrescentar.

Posta a votação esta proposta, e estando presentes vinte e nove dos Senhores Deputados, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Por proposta do presidente da mesa, e com a aprovação da assembleia, os pontos 5,6, 7 e 8 da ordem do dia, foram discutidos em conjunto.

Tomou a palavra o Sr. Presidente que informou que a proposta da taxa do IMI será a mesma do ano passado, relembrando o incentivo extra nas taxas em função do agregado familiar. Mantém-se o projeto de reabilitação urbana e os incentivos à reabilitação por

parte dos munícipes. A proposta mantém-se então nos 0,4%, isenção ou redução de 20€ para as famílias que tenham um dependente, dois dependentes 40€ e três ou mais dependentes 70€. Em relação ao imposto para o IRS a proposta é de 5%. Já na derrama, 1,5% para as empresas com lucros superiores a 150.000.00€ (Cento e cinquenta mil euros), e 1% para as empresas com lucros inferiores a 150.000.00€ (Cento e cinquenta mil euros).

Em relação à taxa municipal de direitos de passagem, de 0,25%, adverte que têm de ser as operadoras a suportá-la.

Teve a palavra o deputado da CDU, António Serafim, que referiu que a câmara tem todas as condições par fixar a taxa de IMI nos 0,3%, mas perante as reduções em relação ao agregado, aceitam os 0,4%. Em relação à proposta de fixação de 5% do IRS, não vota favorável. Sobre a taxa municipal de direitos de passagem, estão de acordo.

Tomou a palavra o representante do PS, André Ribeiro, que informou que relativamente à taxa de IMI estão de acordo, no entanto em relação às taxas de IRC e IRS afirma que podia haver uma redução fiscal e também a uma diminuição das taxas de derrama aplicadas. No que toca à proposta da taxa municipal de direitos de passagem, votam favoravelmente.

Teve a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que referiu estarem de acordo com todas as propostas.

Usou da palavra a Deputada Cátia Trindade que questionou o Sr. Presidente, em relação à redução do IMI perante o número de dependentes no ano transato, solicitando valores quanto ao que pouparam os reguenses.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara que esclarece a deputada Cátia Trindade, que com um dependente houve uma poupança de IMI e conseqüente redução de entrada de dinheiro na Câmara de 82,632€ (Oitenta e dois mil e seiscentos e trinta e dois euros), com dois dependentes 48,234€ (Quarenta e oito mil e duzentos e trinta e quatro euros) e com três dependentes ou mais 7,021€ (sete mil e vinte e um euros), sendo que o total contabilizou 137,000.00€ (Cento e trinta e sete mil euros), que foram devolvidos aos reguenses pela redução de IMI de acordo com o agregado.

O Sr. Presidente da mesa anunciou que se iria proceder às votações em separado.

Posta à votação a proposta do ponto 5 (fixação das percentagens das taxas de IMI, para vigorarem na cobrança a efetuar durante o ano de 2018) e estando presentes vinte e nove Senhores Deputados, foi a mesma aprovada com: 16 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenções.

Posta à votação a proposta do ponto 6 (proposta da câmara municipal ao lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2018, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC) e estando presentes vinte e nove Senhores Deputados, foi a mesma aprovada por maioria com: 17 votos a favor, 12 votos contra e 0 abstenções.

Posta à votação a proposta do ponto 7 (fixação da percentagem da taxa de participação do IRS, para o ano de 2018, ao abrigo do preceituado no art. 25º da Lei nº 73/2013, de 15 de janeiro) e estando presentes vinte e nove Senhores Deputados, foi a mesma aprovada por maioria com: 17 votos a favor, 12 votos contra e 0 abstenções.

Posta à votação a proposta do ponto 8 (proposta da taxa municipal de direitos de passagem para 2018) e estando presentes vinte e nove Senhores Deputados, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Deu-se entrada no ponto 9, apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo de curto prazo para o exercício económico de 2018.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara que explicou que este empréstimo tem a duração máxima de um ano, e serve muitas vezes para se poder avançar com obras com financiamento comunitário, onde há uma demora no reembolso e que este dinheiro poderá eventualmente ser utilizado ou não.

Pela CDU, o deputado questionou para que efeito este empréstimo será aplicado, se no pagamento de salários. Questiona ainda os objetivos do empréstimo.

Pelo PS teve a palavra a deputada Carla Borges, que referiu que este empréstimo no valor de 800.000€ (Oitocentos mil euros) causou preocupação à bancada do Partido Socialista, quer pela forma recorrente desta forma de financiamento, quer pelo aumento do valor pedido do empréstimo, uma vez que em 2015-2016 foi pedido o valor de 600.000€ (Seiscentos mil euros). Outra questão que a deputada colocou foi acerca da aparente desconfiança da banca em relação a este empréstimo, visto que a câmara tinha pedido este valor à Caixa Geral de Depósitos e a mesma só emprestaria 50%.

Teve a palavra, pelo PSD, o deputado Raul Gonçalves que afirma que estão esclarecidos relativamente ao empréstimo de curto prazo e que terá o seu voto favorável.

Usou da palavra o Sr. Presidente que explicou que este empréstimo é de duração limitada de um ano e que não estão em causa os vencimentos, mas a utilidade deste empréstimo será para questões de liquidez. Servirá para pagar aos empreiteiros mais rapidamente, em vez de se esperar pelo reembolso do financiamento do quadro comunitário. E como é um empréstimo de curta duração tem uma taxa de juro mais baixa. Relativamente à Caixa Geral de Depósitos não ter aceite o valor pedido, o mesmo informou que não foi por uma questão de desconfiança, mas sim de prazos, uma vez que o empréstimo é de curta duração e devido à sua reestruturação só podiam emprestar os 400.000€ (Quatrocentos mil euros).

Posta a votação esta proposta e estando presentes vinte e nove Senhores Deputados foi a mesma aprovada por maioria com: 17 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

Deu-se entrada no ponto 10, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa aos documentos previsionais para o ano de 2018 “orçamento e plano plurianual de investimentos 2018”.

Usou da palavra o Sr. Presidente da câmara, que explicou que este orçamento vem na linha do que já tem sido o trabalho da câmara, que muitas das obras já estão em curso, muitas dessas obras já fazem parte também de uma candidatura, e que também para fazer face aos compromissos que foram feitos aos reguenses. Informou que de forma muito resumida o que salta à vista neste orçamento é a questão do hospital, a avenida Dr. Manuel de Arriaga, o mercado municipal, assim como a eficiência energética e requalificação dos bairros sociais. Esclareceu que se pretende, também, um enfoque no turismo, assim como uma abordagem com os operadores turísticos no sentido que em conjunto se possa estruturar percursos e atividades no concelho, de forma a aumentar o tempo de permanência de turistas. Frisou o trabalho muito próximo com as freguesias focado em três níveis: na delegação de competências de limpeza das valetas e caminhos, pois já são as próprias freguesias a fazê-lo; nas freguesias que têm ensino pré-escolar (Galafura e Loureiro), as mesmas já assumem a manutenção desses espaços, e uma parceria muito próxima na realização de obras em conjunto nomeadamente na cedência de material e mão-de-obra. De seguida, informou que irá refletir na manutenção da parceria muito forte que se tem com as associações do Concelho. Mais informou que na área da cultura irá ser continuado o bom trabalho que até aqui tem sido feito. Referiu

que de uma forma transversal são estas as linhas de orientação para o orçamento de 2018, e que olhando para os últimos doze orçamentos, tudo aquilo que foi comprometido a ser feito, a nível político, foi realizado.

Teve a palavra pela CDU o deputado António Serafim, que afirmou que estão de acordo com algumas das propostas apresentadas, nomeadamente ao nível dos investimentos, quer no nível do turismo, quer na reabilitação urbana, quer na questão do hospital, assim como na reabilitação da zona histórica do peso.

Em relação à questão da educação, o deputado esclareceu que não defende o encerramento do Colégio Salesiano de Poiães, reforça que é um ensino de qualidade com bons profissionais, mas refere que existe uma coisa que não prescindem, que é que a educação deve ser uma das principais apostas do município do Peso da Régua, mas o investimento deve ser concentrado na garantia de uma escola pública, gratuita, universal, inclusiva, de qualidade e de proximidade da população.

Por outro lado, referiu que o orçamento que é apresentado, está inflacionado e que depois em termos de execução ficam muito aquém, e em muitos casos a execução não tem chegado aos 50%. O deputado afirmou que não votará contra o orçamento, mas depois posteriormente quererá ver na prática se vai ao encontro das propostas.

Teve a palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, que afirma que vai falar dos três documentos em conjunto, o desenvolvimento económico, o plano plurianual de investimentos e o orçamento em si. Questiona o porquê de não haver um orçamento da receita. Refere também a surpresa ao saber que 10% do orçamento é fictício na venda de investimentos.

Em relação ao documento de desenvolvimento económico, onde estão descritas as medidas que irão ser feitas em 2018, sendo elas 130 ações e dessas 130, 40 requererem investimento, o deputado questiona onde estão as 40 medidas no plano plurianual de investimento, uma vez que as entradas com o ano de 2018 são apenas 7, e de investimentos que transitaram de 2017 para 2018 são apenas 5, porque afirma que são obras que se prometeram fazer há 4 ou 5 anos atrás e não se fizeram. Por esta razão, a bancada irá votar contra este plano de orçamento e pedem que na próxima apresentação de orçamento este seja mais discriminado.

Usou da palavra o deputado do PSD, Raul Gonçalves, que fez duas considerações, a primeira para o deputado da CDU, dizendo que ficou satisfeito pelo mesmo ter clarificado a sua posição em relação ao Colégio Salesiano de Poiães, uma vez que tinha ficado com quase a certeza que estaria a favor do encerramento do mesmo, clarificação esta que significa que o mesmo defende os interesses do município e dos reguenses. Reforça também o orgulho que sente no que o Sr. Presidente fez no passado como Vice-presidente, e no orgulho que tem em tê-lo como presidente para o futuro do município, pois afirma que o que está no plano de orçamento foi o que o Sr. Presidente prometeu em campanha. Declarou que apenas falaria do orçamento de forma política, pois não está habilitado a falar de outra forma. Adverte que quem votar contra este orçamento, votará contra a vontade dos reguenses, assim como votará contra a abertura do hospital, porque neste orçamento está refletida essa obra, assim como nas obras da avenida Dr. Manuel de Arriaga, votará também contra o investimento no desenvolvimento turístico, contra a relação privilegiada com o associativismo do Concelho. Garantiu ainda que irá passar essa mensagem para o exterior, que o partido Socialista votou contra a execução dessas obras. Referiu que o orçamento está inflacionado, não só pelas obras que irão ser feitas, mas também pelo apoio às famílias de uma forma equitativa e transversal, na questão da água, dos resíduos sólidos e do saneamento, uma vez que está refletido no orçamento a dívida que é acumulada anualmente, por a câmara suportar essas taxas, e que está num valor na ordem dos dois milhões de euros. Lembrou ainda que a dívida é praticamente a mesma que há doze anos atrás, e que no entretanto já se procedeu à requalificação da frente ribeirinha, à requalificação do estádio municipal, à construção de dois centros escolares, à requalificação da escola E.B 2/3, à construção do auditório e das piscinas, entre outras obras.

Usou da palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, que esclareceu que não se focou apenas na parte técnica do documento, também focou a parte política pois no enquadramento económico do documento estão indicadas cerca de 130 ações, e dessas 40 têm investimento, e desse investimento só passam 8 para o plano plurianual de investimento, e de 2017 só passam 5, ou seja, são muitas obras de trás que não foram feitas.

Teve a palavra o deputado Hugo Tiago Pinto, que se dirigiu ao deputado António Serafim, dizendo que a execução orçamental é muito superior a 50%. Dirigiu-se também ao deputado do PS, Luís Monteiro, dizendo que todas as obras orçamentadas

são para serem executadas em 2018. E propõe ainda ao PS para, em vez de apenas falarem de números, para falarem em concreto das obras que fariam ou não e o que mudariam nas mesmas.

Usou da palavra a deputada Cátia Trindade, que salientou dois pontos, primeiramente a vitória do executivo com a maior percentagem de sempre num primeiro mandato, o que queria dizer que os reguenses acreditavam na equipa e no programa que se comprometeram a fazer; assim como afirmou que a credibilidade deste orçamento está nas obras que foram e irão ser executadas, pois foi com estes compromissos que a equipa foi eleita. Dirigiu-se, ainda, ao deputado Luís Monteiro, dizendo que o mesmo está apenas a cingir-se aos números, e que as pessoas não são só números, pois tem de se olhar às necessidades efetivas das pessoas.

Teve a palavra o deputado Luís Monteiro, que afirma que os números do orçamento não estão ajustados à realidade e não estão devidamente enquadrados em várias medidas. Afirmou que não poderão votar num documento que acham irreal e que não dá nenhum enquadramento de forma a que se chegue aquele valor.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara, que se dirigiu ao deputado da CDU, afirmando que se já estavam motivados com a execução do orçamento, com o seu voto de confiança, terão uma motivação acrescida. Dirigiu-se também ao deputado Luís Monteiro, afirmando que o mesmo sabe a razão da dívida e que o orçamento é elaborado de acordo com os compromissos, tendo de estar complementado com aquilo que contabilisticamente tem de ser feito para colocar lá a dívida. Afirmou que tudo o que foi prometido irá ser cumprido e que do ponto de vista financeiro nada foi escondido. Frisou, ainda que apesar de todos os compromissos feitos, têm sempre presente a referência do valor do endividamento. Afirmou que do ponto de vista político não existem grandes diferenças entre o programa do atual executivo e do programa eleitoral do PS e se os papéis se invertessem o PS iria fazer exatamente o mesmo. Mais realçou que há sinais por parte do governo e que se se pegar num conjunto de acordos que têm com vários fornecedores que até agora tinham um prazo limite de pagamento até cinco anos, podem fazer um empréstimo a médio/longo prazo de 20 anos, assim a dívida vai ser diluída e no próximo ano vai evitar que seja inflacionada, porque no próximo ano não existe esta dívida de curto prazo de transição direta, existirá sim a dívida refletida nos compromissos ao longo dos anos, por isso o peso que isso tem é muito maior neste momento. Informou que do ponto de vista técnico não há dúvidas

nem nada a esconder entendendo o deputado Luís Monteiro, mas que quem consultar a lei de finanças locais, que dá parâmetros da situação de cada uma das autarquias, tem um ponto muito claro em função do valor do endividamento, que diz que quem tiver 1,5 é o valor limite da receita média, da receita corrente dos últimos três anos, que é o valor limite que se pode ter de endividamento. Referiu que existem também outros parâmetros tais como quando essa dívida exceder os 2,5 da média da receita corrente, passa a ser uma situação preocupante e a autarquia tem de entrar num plano de recuperação com um juro estrutural, para se proceder à reformulação de toda a dívida. Resumindo, ainda têm algum conforto nos parâmetros que têm como indicadores.

Posta a votação esta proposta e estando presentes vinte e nove dos Senhores deputados, a mesma foi aprovada por maioria com: 16 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção.

O presidente da mesa deu entrada no ponto 11, eleição de quatro membros da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, nos termos do artº 83 do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Foram presentes na mesa e aceites duas listas apresentadas pelos deputados, uma do PPD/PSD a qual foi considerada a lista A e a outra apresentada pelos deputados do Partido Socialista a qual foi considerada como lista B.

Efetuada as respetivas votações, por voto secreto, em urna foram apurados os seguintes resultados: 16 votos favoráveis para a lista A; 12 votos favoráveis para a lista B e 1 voto em branco.

Face a estes resultados foram eleitos os seguintes deputados:

Pela lista A:

- Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade;
- Raul Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves;
- Suplente: Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca

Da lista B:

- Mário Jorge Quifones Janeiro;
- Carla Sofia Marracho Borges;
- Suplente: Maria Isabel Barroco de Melo

O Presidente da mesa deu entrada no ponto 12, eleição de três representantes para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro.

Dado que o Presidente da Assembleia Municipal Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade como Presidente da Assembleia já é membro por inerência do cargo, assim e para efeitos da eleição de dois representantes foram entregues na mesa duas listas uma pelo PPS/PSD à qual foi atribuída a letra A e outra entregue pelo Partido Socialista à qual foi atribuída a letra B.

Efetuada a respetiva votação, por voto secreto, em urna, foram eleitos os seguintes elementos:

Pela lista A:

- Cátia Helena Teixeira Trindade;
- Suplente: Luís Carlos da Costa Marques.

Pela lista B:

- Joana Catarina de Sousa Lopes;
- Suplente: Luís Filipe da Costa Monteiro.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e nove dos Senhores Deputados, onde foi aprovada a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do art. 57º do anexo I da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.